

Curso de Especialização em Gestão Pública de Organizações de Saúde



O acesso universal e igualitário às ações e serviços da Saúde.

Autor: Marcos Paulo Souza Aguiar

Orientadora: Oscarina da Silva Ezequiel



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DE ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE

O ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO ÀS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
MARCOS PAULO SOUZA AGUIAR
PROFESSORA: OSCARINA DA SILVA EZEQUIEL

1) Introdução

O acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os níveis de complexidade, é um direito fundamental a todo cidadão brasileiro (BRASIL, 2010). Além disso, a legislação brasileira considera a saúde como resultado de diversos determinantes, incluindo o acesso à assistência a saúde (RAMOS e LIMA, 2003).

O conteúdo constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS) é discriminado e detalhado em duas leis orgânicas, a Lei 8.080/90 e a Lei 8.142/90. A Lei 8.080/90 contém dispositivos relacionados com o direito universal, relevância pública, unicidade, descentralização, financiamento, entre outros, enfatizando a definição das atribuições de cada esfera de governo dentro do novo sistema.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990 a, p.1).

Vale ressaltar, que a Lei 8.080/1990, que regulamenta as ações e serviços de saúde no Brasil, expõe como princípio em seu artigo 7º, a divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário, colocando, portanto, a informação como diretriz para viabilização de direitos.

Publicitar informações é também tornar o direito universal, retomando o que Carvalho (2010) apresenta como direito de todos:

No plano do arcabouço legal, o direito de todos é manifestado na garantia do acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, isto é, nos preceitos de universalidade e de equidade. O dever do Estado se expressa em um



pacto de solidariedade do conjunto da sociedade e funda-se em um novo modelo de financiamento (CARVALHO, 2010, p. 36).

A realidade tem mostrado a importância dos fatores geográficos e espaciais no acesso e utilização de serviços de saúde pela população. O fator geográfico é parte importante da utilização de serviços de saúde na população, sofrendo grande influência também da capacidade de mobilidade das pessoas. Atenção especial tem sido dada à distância entre os serviços de saúde e os usuários, sendo considerada como um importante determinante da utilização dos serviços (CASTRO, 2006).

Organizar a rede de serviços, é portanto, um desafio para os gestores de saúde, conforme apresenta Kuschnir (2010):

A construção de redes de serviços é um desafio de enorme complexidade que envolve uma gama muito ampla de dimensões, que vai desde a definição do “desenho” da rede, compreendendo várias unidades, seus diferentes perfis assistenciais e a articulação funcional entre elas, até os mecanismos de gestão, financiamento e avaliação de resultados (KUSCHNIR, 2010, p. 48).

Prestar Assistência integral, conforme princípio regulamentador da saúde, é atender de forma conjunta e organizada, através de serviços preventivos e curativos, conforme níveis de complexidade. A partir disto, apreende-se que a organização do sistema e seu reconhecimento por parte dos usuários é condição para o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde (BRASIL, 1990 a).

Além disso, problemas relacionados à oferta e a organização dos serviços de saúde também podem atuar fortemente como barreiras ao acesso. Como exemplo prático, temos uma pesquisa realizada em Belo Horizonte, no qual pesquisadores analisaram a utilização dos serviços de Atenção Básica e de Urgência no SUS da metrópole, verificando problemas de saúde, procedimentos e escolha dos serviços (RAMOS e LIMA, 2003).

A experiência de Belo Horizonte contribuiu para o diagnóstico dos atendimentos realizados em saúde, possibilitou a comparação dos problemas de saúde atendidos em cada instituição e pode estabelecer uma análise acerca da motivação de uso das instituições pelos usuários (RAMOS e LIMA, 2003).



Avaliar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde é também averiguar a efetividade de tal política pública, retomando o que Rua (2012) apresenta:

Em geral, as políticas públicas são implementadas mediante alguns processos destinados a gerar produtos com a finalidade de produzir efeitos, ou seja, transformar a realidade. Relacionada à obtenção dos efeitos, a palavra “efetividade” ganhou especial destaque nos últimos tempos, referindo-se a um dos mais importantes critérios de avaliação (RUA, 2012, p. 113)

Neste contexto, evidencia-se que para o fortalecimento e defesa da Saúde como direito, é preciso retomar o entendimento explicitado por Lamamoto (2009) de que “as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho”.

Portanto, o presente projeto se traduz em possibilidade profissional de orientação dos usuários para o correto acesso aos serviços de saúde do Município de Varginha, proporcionando informações e viabilizando direitos.

2) Justificativa

O presente projeto se justifica ao fato de mobilizar a viabilização do direito a saúde, através da divulgação e diferenciação das atribuições das Unidades Básicas de Saúde (UBS), da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e da Fundação Hospitalar do Município de Varginha (FHOMUV). Consideramos relevante o fato de propor um projeto de intervenção que viabilize o correto acesso aos serviços oferecidos pelo Sistema de Saúde do referido município.

Para fins de comparação e justificativa, retoma-se à pesquisa realizada em Belo Horizonte que apontou ainda, para a duplicidade na prestação de alguns serviços, o que revela a importância da diferenciação das atribuições de cada instituição (RAMOS e LIMA, 2003).



Sendo assim, a partir da experiência de investigação e entendimento do fluxo de serviços de saúde da capital mineira, pressupõe-se que tal projeto contribuirá para a compreensão das atribuições das Instituições de Saúde por parte da população varginhense, propondo atividades de gestão e corroborando para o acesso a saúde, conforme os diferentes níveis de complexidade.

3) Objetivo Geral

Orientar a população sobre a acessibilidade aos serviços de saúde do município de Varginha.

4) Objetivos Específicos

- Promover a divulgação das atribuições e a diferenciação de cada serviço de saúde;
- Melhorar o fluxo do atendimento dos usuários nos serviços de saúde.

5) Metodologia

Para viabilização dos objetivos específicos, incorre-se relações com diferentes sujeitos, que vão desde os agentes, no qual se apreende demandas, particularidades e atribuições, até com os quais pretende-se diferenciar, divulgar e promover o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.

Como instrumentos desta intervenção, deve-se destacar reuniões para diálogo e questionamentos quanto às atribuições das instituições, entrevistas semiestruturadas baseadas na interpretação dos sujeitos envolvidos na pesquisa e formulação fundamentada de materiais para divulgação e diferenciação.

Diante de tais instrumentos, determina-se como procedimentos de intervenção, uma sequência que se inicia pelo conhecimento de demandas e atribuições das instituições, seguida pela apreensão da visão dos usuários acerca



dos serviços que utilizam ou recorrem comumente, interpretação dos dados obtidos e por fim, a formulação e divulgação de materiais que contribuam para o acesso à saúde conforme os diferentes níveis de complexidade.

A avaliação do presente projeto de intervenção, acontecerá com a análise do alcance e dos impactos junto aos sujeitos da pesquisa, interpretando a amplitude dos conhecimentos sobre as atribuições dos órgãos, bem como os resultados alcançados acerca das orientações sobre o acesso aos serviços de saúde do município de Varginha.

6) Resultados Esperados

Com o desenvolvimento do projeto de intervenção, espera-se contribuir para o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, através da divulgação e diferenciação dos serviços prestados pela UPA, UBS's e FHOMUV.

Pretende-se atingir com a presente intervenção todos os profissionais dos referidos órgãos, em especial os gestores da UPA, da FHOMUV e de duas UBS's, através de um total de 04 reuniões para apresentação, viabilização e preparo dos instrumentos informativos do Projeto.

Acerca dos materiais informativos, espera-se produzir 04 banners para serem colocados nas Instituições e 1000 folderes explicativos para serem entregues aos usuários, perfazendo um total de 1000 pessoas atingidas diretamente pela intervenção.

7) Cronograma

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO							
Item	Atividade						
		Abr/2015	Mai/ 2015	Jun/2015	Jul/2016	Ago/2016	Set/2016
1	Reunir-se com profissionais e gestores da UPA, FHOMUV e Unidades Básicas de Saúde para conhecimento de demandas e atribuições das instituições						

2	Entrevistas semi-estruturadas baseadas na interpretação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, para apreensão da visão dos usuários acerca dos serviços que utilizam ou recorrem comumente.					
3	Análise dos dados obtidos, interpretação e formulação de materiais para divulgação e diferenciação das Instituições de Saúde.					
4	Divulgação das atribuições de cada instituição, em pelo menos duas Unidades de Atenção Básica, na Unidade de Pronto Atendimento e na Fundação Hospitalar do Município de Varginha.					

8) Orçamento

Orçamento do Projeto de Intervenção: O acesso universal e igualitário às ações e serviços de Saúde.			
Especificação	Quantidade	Unitário	Total
Banners explicativos	4 unidades	70.00	R\$ 280,00
Material impresso (Questionários, materiais explicativos, fluxogramas, autorizações)	1000 impressões	0.10	R\$ 100,00
Computador para execução dos trabalhos, incluindo custos de internet e energia	1 Computador com internet	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00
Locomoção entre as Unidades do Projeto de Intervenção	20 litros de Gasolina	R\$ 3,80	R\$ 76,00
Valor Profissional da execução do Projeto	Salários referentes a 2 meses trabalhados.	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00



Materiais de Escritório (Kits com lápis, caneta, borrachas e corretivos)	5 unidades de cada item	R\$ 10,00	R\$ 50,00
VALOR TOTAL DO PROJETO DE INTERVENÇÃO			R\$ 7.106,00

9) Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 32° ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

_____. **Lei N° 8080/90**, de 19 de setembro de 1990. Brasília: DF. 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.html. Acesso em: 06 mai. 2016.

_____. **Lei N° 8142/90**, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: DF. 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm. Acesso em: 06 mai. 2016.

CARVALHO, A. I. **Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS**. Departamento de Ciências da Administração /UFSC, Brasília: CAPES: UAB, 2010.

CASTRO, M. S. M. Desigualdades sociais no uso de internações hospitalares no Brasil: o que mudou entre 1998 e 2003. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, out./dez., 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18° ed. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KUSCHNIR, R.C.; CHORNY, A.H.; LIRA, A. M. L. **Gestão dos sistemas e serviços de saúde**. Departamento de Ciências da Administração /UFSC, Brasília: CAPES: UAB, 2010.

RAMOS, D. D.; LIMA, M. A. D. S. Acesso e Acolhimento aos Usuários em uma Unidade de Saúde de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 27-34, jan./Fev. 2003.



RUA, M, G. **Políticas Públicas**. 2º ed. Departamento de Ciências da Administração /UFSC, Florianópolis, 2012.